



**PREFEITURA MUNICIPAL DA
ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE**

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

002. PROVA OBJETIVA

**DIRETOR DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
(CÓD. 002)**

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01 a 10**.

Vida de clichê

O jornalista Humberto Werneck lançou seu *O pai dos burros – Dicionário de lugares-comuns e frases feitas*. Dono de um dos grandes textos da imprensa brasileira, ele passou quase 40 anos colecionando os clichês que sujam as páginas de jornais, revistas, livros. Aquelas palavras que, de tanto ouvi-las, são as primeiras a aparecer na nossa cabeça, na ponta dos nossos dedos. Foram ditas muitas vezes antes, não causarão nenhuma reação inesperada. Não provocarão nada, nem de bom, nem de ruim.

Por que então os clichês são tão populares? Porque são seguros, é o que disseram gente brilhante como H.L. Mencken e Hannah Arendt. Ao repetir uma ideia velha, o que foi dito e redito por tantos antes de nós, nada sai do nosso controle. Também nada acontece. Uma nova ideia é sempre um risco, não sabemos aonde ela vai nos levar. E, na falta de ousadia, o que nos sobra é medo.

Li todas as 208 páginas, os 4.640 clichês, para conhecer as palavras das quais deveria fugir. Desde então, adquiri um incômodo que não sai de mim. Ao colecionar lugares-comuns, Werneck espera nos instigar a pensar antes de sair escrevendo – ou falando. Caso o jogo de palavras venha muito fácil, é porque já foi dito tantas vezes que abriu um escaninho no nosso cérebro. Basta apertar uma tecla invisível e sai de lá pronto. Não custa nada, nem mesmo um esforço mínimo. “O tempo é o senhor da razão”, “a esperança é a última que morre”, “nunca antes na história deste país”...

Clichês são letra morta. Palavras que nasceram luminosas e morreram pela repetição, já que a morte de uma palavra é o seu esvaziamento de sentido. Agarrar-se aos lugares-comuns para não ousar arriscar-se ao novo é matar a possibilidade antes de ela existir. Parece-me que os lugares-comuns vão muito além das palavras. A gente pode transformar nossa vida inteira num clichê. Não basta apenas pensar antes de escrever, na tentativa de criar algo nosso. É preciso pensar para viver algo nosso – antes de repetir a vida de outros.

(Eliane Brum. *A menina quebrada e outras colunas de Eliane Brum*. Porto Alegre, Arquipélago Editorial, 2013, Adaptado)

01. A leitura do livro de Humberto Werneck acabou sendo provocativa para a autora, na medida em que

- (A) permitiu que ela notasse o quanto tem usado lugares-comuns sem parcimônia em seus textos.
- (B) tornou seu processo de escrita mais fácil, indicando-lhe com precisão as palavras que deve evitar.
- (C) fez com que ela pensasse acerca de um tema que não considerava relevante até aquele momento.
- (D) elucidou o motivo de seus textos não terem impacto sobre seus leitores, dando-lhe a chance de se apri-morar.
- (E) estimulou uma reflexão sobre o modo de se comunicar e também sobre o modo de levar a vida.

02. A autora considera que o uso de clichês resulta do

- (A) hermetismo e da afetação.
- (B) automatismo e da eloquência.
- (C) laconismo e da simplicidade.
- (D) comodismo e do conservadorismo.
- (E) coloquialismo e da fabulação.

03. Ao refletir acerca da popularidade dos clichês, a autora chama a atenção para

- (A) a importância de se cultivar um bom repertório de leituras.
- (B) a falta de conhecimento linguístico da maioria dos falantes.
- (C) o receio que as pessoas têm de viver algo pela primeira vez.
- (D) o fato de que não resta nada inédito a ser dito nos dias de hoje.
- (E) a supervalorização da originalidade na sociedade atual.

04. Uma frase em que todas as palavras estão empregadas com sentido próprio é:

- (A) Foram ditas muitas vezes antes, não causarão nenhuma reação inesperada. (1º parágrafo)
- (B) Uma nova ideia é sempre um risco, não sabemos aonde ela vai nos levar. (2º parágrafo)
- (C) Caso o jogo de palavras venha muito fácil, é porque já foi dito tantas vezes que abriu um escaninho no nosso cérebro. (3º parágrafo)
- (D) Basta apertar uma tecla invisível e sai de lá pronto. (3º parágrafo)
- (E) A gente pode transformar nossa vida inteira num clichê. (4º parágrafo)

05. Foram acrescentadas duas vírgulas a frases do texto. Aquela que ficou correta, conforme a norma-padrão da língua portuguesa, é:

- (A) Uma nova ideia, é sempre um risco, não sabemos, aonde ela vai nos levar. (2º parágrafo)
- (B) Ao colecionar lugares-comuns, Werneck espera nos instigar, a pensar antes, de sair escrevendo – ou falando. (3º parágrafo)
- (C) Palavras que nasceram, luminosas e morreram pela repetição, já que a morte de uma palavra é o seu esvaziamento, de sentido. (4º parágrafo)
- (D) Agarrar-se aos lugares-comuns, para não ousar arriscar-se ao novo, é matar a possibilidade antes de ela existir. (4º parágrafo)
- (E) É preciso pensar, para viver algo nosso – antes de repetir, a vida de outros. (4º parágrafo)

06. Há relação de causa e efeito entre os enunciados separados pela vírgula em:
- (A) “O tempo é o senhor da razão”, “a esperança é a última que morre”... (3º parágrafo)
 - (B) ... de tanto ouvi-las, são as primeiras a aparecer na nossa cabeça... (1º parágrafo)
 - (C) Não custa nada, nem mesmo um esforço mínimo. (3º parágrafo)
 - (D) Porque são seguros, é o que disseram gente brilhante como H.L. Mencken e Hannah Arendt. (2º parágrafo)
 - (E) Ao repetir uma ideia velha, o que foi dito e redito por tantos antes de nós... (2º parágrafo)

07. O termo “então”, em “Desde então, adquiri um incômodo que não sai de mim” (3º parágrafo), exprime noção de
- (A) tempo.
 - (B) conclusão.
 - (C) modo.
 - (D) causa.
 - (E) conformidade.

08. Ao substituir-se pelo termo “Se” o que está destacado em – **Caso** o jogo de palavras venha muito fácil, é porque já foi dito tantas vezes que abriu um escaninho no nosso cérebro. (3º parágrafo) –, o verbo “vir” deve flexionar-se, conforme a norma-padrão da língua, em:
- (A) vêm.
 - (B) vir.
 - (C) vier.
 - (D) for.
 - (E) fosse.

09. Respeitando-se a concordância da norma-padrão da língua, o trecho destacado em – Não basta apenas pensar antes de escrever, **na tentativa de criar algo nosso**. (4º parágrafo) – pode ser substituído por
- (A) para que se deem existência a coisas nossas.
 - (B) para que se produzam coisas nossas.
 - (C) para que seja realizado coisas nossas.
 - (D) para que passe a existir coisas nossas.
 - (E) para que se realize coisas nossas.

10. Um verbo flexionado no plural por força de expressão, mas que, segundo a norma-padrão da língua, deve manter-se no singular, está em:
- (A) ... os clichês que sujam as páginas de jornais, revistas, livros. (1º parágrafo)
 - (B) Por que então os clichês são tão populares? (2º parágrafo)
 - (C) ... o que disseram gente brilhante como H.L. Mencken e Hannah Arendt. (2º parágrafo)
 - (D) Palavras que nasceram luminosas... (4º parágrafo)
 - (E) ... os lugares-comuns vão muito além das palavras. (4º parágrafo)

Leia o texto para responder às questões de números 11 a 20.

União, gente

Nunca se despreze o poder de uma ideia cuja hora chegou. Minha rebelião contra a salsinha ganha adeptos e, a julgar pela correspondência que recebo, esta era uma causa à espera do primeiro grito. Só não conseguimos ainda nos organizar e partir para a mobilização – manifestações de rua, abraços a prédios públicos – porque persiste uma certa indefinição de conceitos. Eu sustento que “salsinha” é nome genérico para tudo que está no prato só para enfeite ou para confundir o paladar, o que incluiria até aqueles galhos de coisa nenhuma espetados no sorvete, o cravo no doce de coco, etc. Outros, com mais rigor, dizem que salsinha é, especificamente, o verdinho picadinho que você não consegue raspar de cima da batata cozida, por exemplo, por mais que tente. Outros, mais abrangentes até do que eu, dizem que salsinha é o nome de tudo que é persistentemente supérfluo em nossas vidas, da retórica ao porta-aviões, passando pelo cheiro-verde. Meu conselho é que evitemos a metáfora e a disputa semântica e, unidos pela mesma implicância, passemos à ação.

Mas, como se esperava, começou a reação dos pró-salsinhas. Alegam que a salsinha não é uma inconsequência culinária, mas tem importância gastronômica reconhecida, tanto que na cozinha francesa faz parte do nome de um prato – isto é, eles não só usam a salsinha como a anunciam! E não podia faltar: um salsófilo renitente, o jornalista Reali Jr., alega que a salsinha é, inclusive, afrodisíaca. Agora só falta dizerem que o verde intrometido tem vitamina V.

(Luis Fernando Verissimo. *A mesa voadora*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2010, Adaptado)

11. Ao se referir à “rebelião contra a salsinha”, o autor tematiza, com bom-humor,
- (A) a diversidade que distingue a culinária brasileira da francesa.
 - (B) o caráter incivilizado do brasileiro em termos gastronômicos.
 - (C) o fato de o Brasil não se deixar influenciar por outras culturas.
 - (D) a ausência de debate entre pessoas que têm o mesmo ideal.
 - (E) as dificuldades em se efetivar um movimento social.

12. Ao empregar a expressão “unidos pela mesma implicância” (1º parágrafo), o autor
- (A) destaca a gravidade da causa que abraça.
 - (B) chama a atenção para a falta de coesão de seu grupo.
 - (C) explicita o caráter socialmente pouco relevante de sua causa.
 - (D) elucida as consequências de se agir coletivamente.
 - (E) explica por que suas demandas devem ser prioridade.
13. Ao assinalar que persiste uma certa indefinição de conceitos de “salsinha”, mostrando que há uns mais rigorosos e outros mais abrangentes quanto à sua compreensão, o autor demonstra
- (A) identificá-la com qualquer alimento de paladar desagradável.
 - (B) estar em uma posição a meio caminho entre duas visões extremas.
 - (C) discordar da ideia de que a salsinha seja supérflua no prato.
 - (D) simpatizar com a definição mais rigorosa e específica para o termo.
 - (E) perceber que não há qualquer relação entre os posicionamentos apresentados.
14. Um sinônimo e um antônimo, respectivamente, para o termo **adeptos** em: – Minha rebelião contra a salsinha ganha adeptos... – são:
- (A) estimulantes e insolentes.
 - (B) simpatizantes e merecedores.
 - (C) diligentes e descuidados.
 - (D) aliados e adversários.
 - (E) experientes e seguidores.
15. Uma interpretação correta para o termo destacado em um trecho do 1º parágrafo está entre colchetes em:
- (A) Nunca **se** despreze o poder de uma ideia... [indica reciprocidade]
 - (B) ... uma ideia **cuja** hora chegou. [tem função demonstrativa]
 - (C) Só não conseguimos ainda **nos** organizar... [refere-se ao autor e ao leitor do texto]
 - (D) ... **tudo** que está no prato só para enfeite... [exprime noção de indefinição]
 - (E) ... o verdinho picadinho que **você** não consegue raspar de cima da batata cozida... [remete a um interlocutor especificado previamente]

16. Considere a passagem do 2º parágrafo:

Alegam que a salsinha não é uma inconsequência culinária, **mas** tem importância gastronômica reconhecida, **tanto que** na cozinha francesa faz parte do nome de um prato – isto é, eles não só usam a salsinha como a anunciam!

Com relação às afirmações que as antecedem, as expressões destacadas introduzem, respectivamente, ideias de

- (A) oposição e justificativa.
- (B) concessão e finalidade.
- (C) condição e proporção.
- (D) alternância e condição.
- (E) exclusão e adição.

17. Considerando a regência da norma-padrão da língua, o trecho destacado em – **Alegam que** a salsinha não é uma inconsequência culinária... (2º parágrafo) – está corretamente substituído, com o sentido preservado, por:

- (A) Recorrem em alegação que
- (B) Recorrem à alegação de que
- (C) Recorrem por alegação que
- (D) Recorrem com a alegação que
- (E) Recorrem sobre a alegação que

18. Observe as seguintes passagens do texto:

- Meu conselho é que evitemos **a metáfora e a disputa semântica**... (1º parágrafo)
- ... incluiria até **aqueles galhos de coisa nenhuma espetados no sorvete, o cravo no doce de coco, etc.** (1º parágrafo)
- ... eles não só usam **a salsinha**... (2º parágrafo)

Considerando-se a colocação pronominal segundo a norma-padrão da língua, ao se substituírem as expressões destacadas por pronomes, tem-se respectivamente:

- (A) Meu conselho é que as evitemos...
... até os incluiria.
... eles não só a usam...
- (B) Meu conselho é que as evitemos...
... até incluiria-os.
... eles não só a usam...
- (C) Meu conselho é que as evitemos...
... até os incluiria.
... eles não só usam-na...
- (D) Meu conselho é que evitemo-as...
... até os incluiria.
... eles não só usam-na...
- (E) Meu conselho é que evitemo-as...
... até os incluiria.
... eles não só a usam...

19. Respeitando-se o emprego do sinal indicativo de crase, o trecho destacado em – Só não conseguimos ainda nos organizar e **partir para a** mobilização... (1º parágrafo) – está corretamente substituído por:

- (A) transformar em realidade à
- (B) começar à
- (C) viabilizar à
- (D) tornar efetiva à
- (E) dar início à

20. Considere as seguintes frases produzidas a partir do texto:

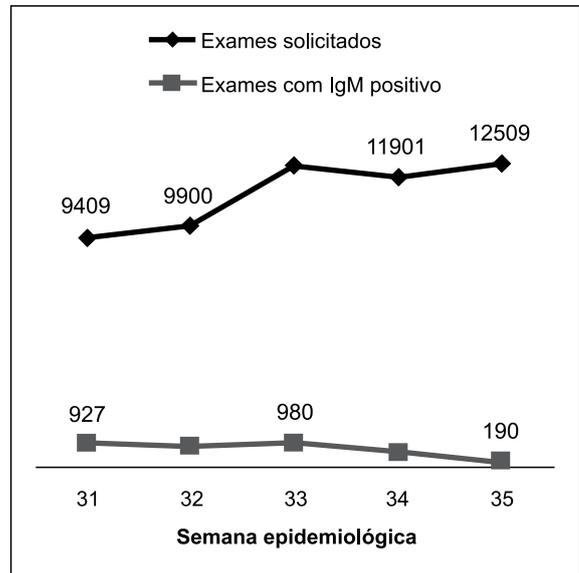
- Minha rebelião tem ganhado adeptos.
- Esses adeptos me enviam correspondências.
- Essas correspondências expressam diferentes compreensões de “salsinha”.

Essas frases estão agrupadas em uma única, com o sentido preservado e em conformidade com a norma-padrão da língua, em:

Minha rebelião tem ganhado adeptos,

- (A) aos quais me enviam correspondências a expressar diferentes compreensões de “salsinha”.
- (B) que me enviam correspondências, aonde expressam diferentes compreensões de “salsinha”.
- (C) dos quais me enviam correspondências onde expressam diferentes compreensões de “salsinha”.
- (D) o que me enviam correspondências, as quais expressam diferentes compreensões de “salsinha”.
- (E) os quais me enviam correspondências expressando diferentes compreensões de “salsinha”.

O gráfico apresenta algumas informações, em nível nacional, sobre a quantidade de exames solicitados e a quantidade de exames com IgM positivo para o sarampo, no período das semanas epidemiológicas 31 a 35, que se refere ao período do dia 28 de julho ao dia 31 de agosto de 2019.



(Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde. Adaptado)

Utilize as informações apresentadas no gráfico para responder às questões de números 21 e 22.

21. Na semana epidemiológica 33, os exames com resultados positivos corresponderam a, aproximadamente, 7,9% do número de exames solicitados. Sendo assim, é correto afirmar que, na semana 33, foram solicitados a mais que na semana imediatamente anterior, aproximadamente,

- (A) 2400 exames.
- (B) 2450 exames.
- (C) 2500 exames.
- (D) 2550 exames.
- (E) 2600 exames.

22. A diferença entre os números de exames com IgM positivos para o sarampo, da semana 32 e da semana 34, é igual a 280. Sabendo que a média aritmética simples dos números de exames com IgM positivos para o sarampo, no período em questão, é de 709,4 exames, o número de exames com IgM positivos, na semana 34, é igual a

- (A) 585.
- (B) 655.
- (C) 725.
- (D) 795.
- (E) 865.

23. De acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Município de São Roque tinha um total de 913 docentes atuando nos Ensinos Fundamental ou Médio, em 2018.

Suponha que não existisse docente atuando nos Ensinos Fundamental e Médio, ao mesmo tempo.

Nesse caso, se no Ensino Fundamental o número de docentes superava em 100 o dobro do número de docentes que atuavam no Ensino Médio, então é verdade que a diferença entre os números de docentes que atuavam nos Ensinos Fundamental e Médio, em 2018, naquele município, era igual a

- (A) 339.
- (B) 348.
- (C) 355.
- (D) 364.
- (E) 371.

24. Para um evento, foram convidados, ao todo, 150 docentes de duas escolas, A e B. No dia do evento, dos professores convidados, faltaram 5 professores da escola A e 1 professor da escola B. Sabendo-se que a razão entre os docentes presentes da escola A e os docentes presentes da escola B era $\frac{5}{4}$, conclui-se, corretamente, que, em relação ao número de docentes convidados da escola B, o número de docentes convidados da escola A era maior em

- (A) 5 professores.
- (B) 10 professores.
- (C) 15 professores.
- (D) 20 professores.
- (E) 25 professores.

25. Em um projeto original, uma grande sala retangular tem $112,5 \text{ m}^2$ de área de superfície, com a largura correspondente à metade do comprimento. Depois de modificado o projeto, a área de superfície dessa sala diminuiu 36%, mas foi mantida a proporcionalidade entre o comprimento e a largura. Dessa forma, o perímetro, em metros, dessa sala, após a modificação do projeto, passou a ser igual a

- (A) 20.
- (B) 28.
- (C) 36.
- (D) 41.
- (E) 45.

26. A tabela apresenta um resumo da distribuição das notas de 3 turmas de um mesmo ano, em uma escola municipal.

	Turma A	Turma B	Turma C
Até 5,0	60%	40%	50%
Acima de 5,0	40%	60%	50%

Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa que contém uma informação necessariamente verdadeira.

- (A) A quantidade de notas até 5,0, na turma B, foi igual à quantidade de notas acima de 5,0, na turma A.
- (B) A turma B teve 10% a mais na quantidade de notas acima de 5,0 que a turma C.
- (C) A quantidade de notas até 5,0, na turma B, correspondeu a $\frac{4}{5}$ da quantidade de notas até 5,0 na turma C.
- (D) Na turma B, a quantidade de notas acima de 5,0 correspondeu a $\frac{3}{2}$ da quantidade de notas até 5,0.
- (E) O número de alunos na turma A é igual ao número de alunos na turma C.
27. Em um reservatório de água, totalmente cheio, três quartos de sua capacidade foi utilizado em um determinado dia, e um quinto do que havia restado foi utilizado no dia seguinte, restando, no reservatório, 3 200 litros de água. Após essa utilização, a caixa passou a receber água, na razão constante de 1 200 litros a cada hora, até atingir novamente sua capacidade total, o que demandou o tempo de
- (A) 12 horas e 04 minutos.
- (B) 11 horas e 36 minutos.
- (C) 11 horas e 06 minutos.
- (D) 10 horas e 55 minutos.
- (E) 10 horas e 40 minutos.
28. Em uma sala de aula com 30 alunos, alguns têm, hoje, idade de 10 anos, e os demais têm idade de 11 anos. Somadas as idades atuais de todos os alunos, tem-se 312 anos. Sabendo-se que, no próximo mês, a terça parte dos alunos atualmente com 10 anos faz aniversário, assim como 2 alunos que têm, hoje, 11 anos, a soma das idades de todos os 30 alunos, após esses aniversários, será
- (A) 320.
- (B) 324.
- (C) 328.
- (D) 332.
- (E) 336.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

29. Uma caixa de ferro, no formato interno de paralelepípedo reto retangular, tem arestas medindo 1,2 m, 2,1 m e 2,7 m, e pretende-se preencher totalmente o interior dessa caixa com a menor quantidade possível de blocos cúbicos de madeira, de modo que a soma dos volumes destes blocos seja igual à capacidade máxima dessa caixa. Para tanto, o número total de blocos de madeira que será necessário é
- (A) 244.
(B) 252.
(C) 266.
(D) 270.
(E) 288.
30. Um produtor entrega os seus produtos em algumas lojas de um hipermercado, que as recebem independentemente do dia da semana. A cada 4 dias, ele faz entregas em uma loja A; a cada 5 dias, em uma loja B; e a cada 6 dias, ele faz entregas em uma loja C. Na segunda-feira da semana passada, ele fez as entregas nessas três lojas. Sendo assim, a próxima vez que ele fizer as entregas nas três lojas, em um mesmo dia, será uma
- (A) segunda-feira.
(B) terça-feira.
(C) quarta-feira.
(D) quinta-feira.
(E) sexta-feira.
31. André, aluno de pedagogia, assistiu a uma aula sobre concepções de educação e escola. A professora iniciou o tema com uma citação de Paulo Freire (2011) na qual ele fala da importância do papel do educador, do qual faz parte sua tarefa docente de ensinar não apenas os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo. Freire explicita a impossibilidade de alguém vir a tornar-se um professor crítico caso seja muito mais um repetidor carente de frases e de ideias inertes do que um desafiador. “Repete o lido com precisão mas raramente ensaia algo pessoal. Fala bonito de dialética mas pensa mecanicamente. Pensa errado. É como se os livros todos a cuja leitura dedica tempo farto nada deveriam ter com
- (A) o prazer de ensinar aos alunos”.
(B) a realidade de seu mundo”.
(C) a informatização do saber”.
(D) o universo da tecnologia”.
(E) a objetividade científica”.
32. Libâneo, Oliveira e Toschi (2010) analisam que o conjunto de transformações denominado de globalização “tem provocado um quadro dramático de desemprego e exclusão social que tende a intensificar-se, sobretudo nos países pobres, caso não ocorram ações que ponham a economia a serviço da sociedade, com a finalidade de gerar maior justiça social”. Os autores defendem que uma educação escolar pública e democrática, em seus objetivos, deve levar “em conta as exigências do mundo contemporâneo, tendo em vista
- (A) o desenvolvimento da economia do país, fazendo o bolo crescer para, então, poder reparti-lo com todos”.
(B) o combate ao analfabetismo funcional que atravanca o desenvolvimento do país”.
(C) a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável”.
(D) a inclusão dos brasileiros na era da tecnologia”.
(E) a disseminação da cultura digital”.

R A S C U N H O

33. Na obra *Ensaaios pedagógicos: como construir uma escola para todos?* (2005), Lino de Macedo aponta duas lógicas relacionadas à inclusão: 1ª) a da exclusão, "(...) definida pela extensão dos termos que possuem algo em comum, ou seja, atendem a um critério ou referente (exterior)". Em outras palavras, quem não possui esse algo em comum está excluído do grupo (ou classe); 2ª) a da inclusão, "(...) definida pela compreensão, ou seja, por algo interno a um conjunto e que lhe dá um sentido".
- A respeito do exposto, Macedo, na mesma obra, comenta que a inclusão, conforme anteriormente declarada, está sendo definida pela lógica
- (A) da padronização.
 - (B) do compromisso.
 - (C) da aceitação.
 - (D) da relação.
 - (E) da diferença.
34. Rosângela Machado, em *Educação especial na escola inclusiva: políticas, paradigmas e práticas* (2009), apresenta o desafio à reorganização dos serviços de educação especial de forma que seja complementar ao ensino regular e não um substitutivo. Com base na política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, que entende a escola como uma instituição em que cada aluno tem a possibilidade de aprender, a partir de suas aptidões e capacidades, a autora comenta que a proposta inclusiva reconhece "(...) o direito incondicional à escolarização – no ensino regular – de todos os alunos. Não existem, nessa proposta, dois sistemas paralelos: o regular e o especial. Todos devem ser escolarizados nas salas comuns do ensino regular; todavia, não é por isso que deixamos de garantir o atendimento educacional especializado (...)". A autora, na mesma obra, citando Mantoan, coloca que esse tipo de atendimento, complementar e diferente do ensino escolar, é destinado a atender às especificidades dos alunos com deficiência, abrangendo principalmente instrumentos necessários
- (A) à eliminação dos preconceitos que permeiam nossa sociedade.
 - (B) ao treino de que eles precisam para aprender os conteúdos curriculares.
 - (C) ao apoio de que eles precisam para sobreviver no ambiente escolar interno.
 - (D) à conscientização do público em geral frente às suas necessidades individuais.
 - (E) à eliminação das barreiras que eles têm para se relacionar com o ambiente externo.
35. De acordo com estudos de Libâneo; Oliveira e Toschi (2010), a educação pública estatal iniciou-se, no Brasil, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, quando começou o processo de industrialização no país e, conforme análise dos autores, a história da estrutura e da organização do sistema de ensino no Brasil, ao longo do mesmo século, revela "as tensões econômicas, políticas, sociais e educacionais de cada período". Com a Constituição Federal de 1988 e a legislação educacional subsequente, a educação escolar pública, com padrão de qualidade, passa a ser direito público subjetivo. Em decorrência, o dever do Estado em garanti-lo, conforme disposto no art. 208 dessa Carta Magna, implica políticas educacionais articuladas em nível municipal, estadual e da União para assegurar
- (A) a todos, o acesso a etapas e modalidades de educação de acordo com a idade, condição ou necessidade especial de cada um.
 - (B) vagas gratuitas em escolas públicas ou escolas particulares conveniadas, conforme a preferência, fiscalizando-lhes o serviço prestado.
 - (C) creches e escolas públicas para as camadas populares e supervisão às escolas particulares de modo a garantir a qualidade da educação oferecida por elas.
 - (D) vagas em creches e no ensino regular gratuito dos 6 aos 14 anos, e bolsas de estudos, em escolas particulares conveniadas para Educação de Jovens e Adultos.
 - (E) escola pública, regular e gratuita, a brasileiros, dos 4 aos 17 anos, e atendimento educacional especializado gratuito, em classes especiais, a deficientes, com qualquer idade.
36. Após a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº 9.394/96, em seu art. 21, organizou a educação nacional em
- (A) 4 níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Superior.
 - (B) 3 níveis: Educação Infantil, Educação Básica e Educação Superior.
 - (C) 3 níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.
 - (D) 2 níveis: Ensino Fundamental e Ensino Médio.
 - (E) 2 níveis: Educação Básica, com três etapas, e Educação Superior.

37. A pesquisa de Dirce Nei T. de Freitas (2007) esclarece a instituição da avaliação externa no Brasil. A autora analisa a avaliação educacional, seus fundamentos legais, suas ligações com o planejamento educacional e como foi construído o complexo sistema de regulação que ela nomeia “medida-avaliação-informação”. São estabelecidas relações entre essa construção e o contexto socioeconômico e político e também discutida a relação entre as avaliações externas e a melhoria da educação. Em relação a esse ponto, Freitas lembra Isa Locatelli, a qual, em publicação do INEP (2000), fez refletir que: caso a intenção fosse mesmo usar a avaliação externa para melhorar a educação, então se teria de trabalhar com essa avaliação dentro das escolas,
- (A) planejando o ensino com base em provas já aplicadas, sob o comando dos diretores de escola.
 - (B) trabalhando os conteúdos, junto aos alunos, com o modelo de suas questões.
 - (C) construindo um diálogo efetivo entre ela e uma boa e séria avaliação interna.
 - (D) treinando os professores a partir dos resultados das provas aplicadas.
 - (E) premiando docentes cujos alunos se saíram bem em tais avaliações.
38. Para tratar do tema das relações entre diversidade e currículo, examinemos a Resolução Federal CNE/CEB nº 7/2010. Ela estabelece no art. 41 que “O Projeto Político-Pedagógico da escola e o regimento escolar, amparados na legislação vigente, deverão contemplar a melhoria das condições de acesso e de permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades, nas classes comuns do ensino regular, intensificando o processo de inclusão nas escolas públicas e privadas e buscando a universalização do atendimento”. Por sua vez, Moreira e outros (2007) explicitam a concepção de diversidade, no texto “Indagações sobre Currículo”, declarando que “a diversidade é entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças”. Ela ultrapassa as características biológicas, observáveis a olho nu. “Nessa perspectiva, no caso das pessoas com deficiência, interessa reconhecê-las como sujeitos de direitos” e não basta incluir a criança com deficiência na escola regular comum, pois, de acordo com os autores citados, é preciso, também
- (A) compreender como se construiu e se constrói historicamente o olhar social e pedagógico sobre a sua diferença.
 - (B) entender como se constrói historicamente o diagnóstico especializado sobre essas patologias.
 - (C) encontrar formas de impedir que os alunos normais pratiquem *Bullying* contra os deficientes.
 - (D) distribuir criteriosamente, e de acordo com a deficiência, os alunos especiais nas classes comuns.
 - (E) preparar materiais didáticos e estratégias de ensino específicas para os alunos especiais.
39. No Artigo “Avaliação e currículo no cotidiano escolar”, Oliveira e Pacheco, In: Esteban (Org.), 2005, trabalham sobre a relação entre esses dois temas. Assim declaram: “Se o que se pretende é considerar os conhecimentos dos alunos como redes tecidas através de processos de aprendizagem singulares, múltiplos e imprevisíveis, na medida em que cada aluno incorpora as novas informações às suas próprias redes de modo diferente dos demais, é necessário que se procure desenvolver formas e instrumentos de avaliação compatíveis com essa pluralidade de pessoas, de saberes e de processos de aprendizagem”. Por esse motivo, os autores argumentam que é preciso que a reflexão em torno das questões curriculares e as tentativas de mudança dos mecanismos e instrumentos de avaliação
- (A) fiquem sob a responsabilidade de diferentes agentes: as curriculares com o professor e as de avaliação com o gestor.
 - (B) considerem três níveis de capacidade: o dos alunos fortes, o dos médios e o dos fracos.
 - (C) se referenciem, exclusivamente, nos conteúdos do livro didático.
 - (D) sejam tratadas como questões independentes.
 - (E) caminhem juntos.
40. Conforme Veiga, In: Veiga e Resende (Org.), 2008, o projeto pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, associada “à explicitação de seu papel social e à definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo.” Esse projeto reflete a realidade da escola que é parte de um contexto mais amplo que tanto a influencia como pode ser influenciado por ela. Tal projeto deve constituir-se em tarefa comum da equipe escolar e, mais especificamente dos serviços pedagógicos, aos quais cabe o papel de
- (A) comunicar a todos, sem exceção, qual projeto executar.
 - (B) garantir, por meio do projeto, uma uniformidade didática.
 - (C) liderar o processo de construção desse projeto pedagógico.
 - (D) traçar roteiros para as tarefas específicas dos diversos segmentos.
 - (E) definir os objetivos do projeto e orientar as participações secundárias.

41. De acordo com o art. 44 da Resolução CNE/CEB nº 4/2010, “o Projeto Político-Pedagógico, instância de construção coletiva que respeita os sujeitos das aprendizagens, entendidos como cidadãos com direitos à proteção e à participação social,” deve, entre outras determinações, contemplar as bases norteadoras da organização do trabalho pedagógico. Por sua vez, Rosilda B. Martins, In: Veiga e Resende (Orgs.), 2008, examinando a construção desse projeto, afirma que ela depende de uma direção política que é dada pelo sistema de ensino respectivo e implica uma relação contratual, isto é, uma aceitação do projeto por todos os envolvidos. Daí a importância de esse projeto
- (A) ser elaborado e desenvolvido participativa e democraticamente.
 - (B) seguir estritamente o roteiro elaborado pelas instâncias superiores do sistema.
 - (C) ser lido e compreendido por todos os que devem cumpri-lo.
 - (D) seguir modelos utilizados por escolas vizinhas bem sucedidas nas avaliações.
 - (E) ser elaborado pelos pais de alunos, pois eles é que sabem do que os filhos necessitam.
42. Segundo Veiga, In: Veiga e Resende (Org.), 2008, para que a escola possa constituir-se como palco de inovação e investigação e atinja sua autonomia, é indispensável que ela conte com um referencial teórico-metodológico capaz de permitir-lhe a construção de sua identidade e que “exerça seu direito à diferença, à singularidade, à transparência, à solidariedade e à participação.” No mesmo sentido, Gadotti e Romão (2001) consideram que “a autonomia e a gestão democrática da escola fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, uma exigência de seu Projeto Político-Pedagógico. Ela exige, em primeiro lugar, uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar. Mudança que implica deixar de lado o velho preconceito de que a escola pública é apenas um aparelho burocrático do Estado” e passar a vê-la como
- (A) uma conquista da comunidade.
 - (B) um serviço educacional gratuito.
 - (C) uma extensão dos próprios lares.
 - (D) o único meio de ascensão social.
 - (E) algo a ser cobrado e fiscalizado pelos pais.
43. Luzia, lendo o artigo de Wolf e Carvalho (s.d), verificou que esse artigo apresenta reflexões a partir dos resultados de um projeto que estudou o Regimento Escolar de escolas públicas do Estado do Paraná, como parte do Programa de Desenvolvimento Educacional desse estado (2007). Segundo as autoras, elas escolheram o Regimento Escolar porque, apesar de ele ser um documento importante para a comunidade escolar, esta “o desconhece ou conhece apenas os capítulos referentes a direitos e deveres”. Frente a essa constatação, Wolf e Carvalho explicitam nesse artigo que o objetivo do projeto consistiu em mobilizar a comunidade para o fato de que o Regimento Escolar abrange não somente a organização disciplinar da escola, mas também
- (A) as regras de admissão dos funcionários.
 - (B) sua organização administrativa e pedagógica.
 - (C) a data do depósito do salário de seus funcionários em conta corrente.
 - (D) a organização de suas atividades cotidianas de ensino e de aprendizagem.
 - (E) a correta utilização dos equipamentos e dos materiais didático-pedagógicos.
44. Para os educadores em geral, é imprescindível que conheçam a teoria de Vygotsky, devido ao fato de esse estudioso atribuir, dentro de suas obras, um lugar de destaque para as relações entre desenvolvimento e aprendizagem. Para ele, a criança inicia seu aprendizado muito antes de chegar à escola, mas o aprendizado escolar vai introduzir elementos novos no seu desenvolvimento. Segundo ele, todo aprendizado é necessariamente mediado – e isso torna o papel do ensino e do professor mais ativo e determinante. Na obra *A formação social da mente* (1991), ele afirma que “(...) o momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata, acontece quando a fala e a atividade prática, então duas linhas completamente independentes de desenvolvimento,
- (A) hierarquizam-se, em favor da prática”.
 - (B) hierarquizam-se, em favor da fala”.
 - (C) entram em conflito”.
 - (D) desaparecem”.
 - (E) convergem”.

45. Lendo-se os trabalhos de Piaget, verifica-se que a equi-libração constitui o “ponto chave” de sua teoria. Em *A equi-libração das estruturas cognitivas* (1976), ele afirma que a vida mental dos seres humanos é marcada por um movimento em direção a um estado de equilíbrio que é sempre superior ao anterior. Nessa obra, ele argumenta que “(...) o conhecimento não procede nem da experiência única dos objetos nem de uma programação inata pré-formada no sujeito, mas de uma interação entre ambos, que resulta em construções sucessivas com elaborações constantes de estruturas novas graças a um processo de equilibração _____, que corrige e completa as formas precedentes”.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto.

- (A) desestabilizante
 - (B) condicionante
 - (C) estabilizante
 - (D) majorante
 - (E) minorante
46. Na obra *Educação e construção do conhecimento* (2012), Becker promove um debate entre os modelos empirista, apriorista e construtivista do conhecimento e analisa seus reflexos na sala de aula, apresentando argumentos favoráveis a este último, visto que a perspectiva construtivista valoriza alunos ativos, responsáveis, que podem fazer perguntas, construir conhecimentos, argumentar. Ao defender esse modelo, Becker afirma que “[...] o aluno só aprenderá alguma coisa, isto é, construirá algum conhecimento novo, se ele
- (A) ficar atento às explicações do professor”.
 - (B) realizar todos os exercícios de fixação propostos pelo professor”.
 - (C) agir e problematizar a própria ação, apropriar-se dela e de seus mecanismos íntimos”.
 - (D) puder experimentar, livremente, situações agradáveis, referentes aos diversos conteúdos curriculares”.
 - (E) memorizar os textos do livro didático, ao preparar-se para as avaliações internas e externas”.

47. Jaqueline, ao resenhar o livro *O diálogo entre o ensino e a aprendizagem* (Weisz, 2009), constatou que a autora aborda tanto o processo de ensino quanto o processo de aprendizagem, ambos vistos sob a ótica construtivista. Segundo Weisz, ensino e aprendizagem são processos distintos que precisam ser articulados para que a ação do professor impulse o aprendizado do aluno. Um dos trechos que mais chamou a atenção de Jaqueline foi o que diz respeito ao que move as crianças para aprenderem algo: “(...) o que move as crianças é o esforço para acreditar que atrás das coisas que elas têm de aprender existe uma lógica. De certa maneira, aprender é para elas ter de reconstruir suas ideias lógicas a partir do confronto com a realidade. E é exatamente porque nem tudo o que elas têm de aprender é lógico – ou tem uma lógica que esteja ao seu alcance imediato – que constroem ideias aparentemente absurdas, mas que

- (A) são, de fato, sempre corretas”.
 - (B) são lógicas e precisam ser acatadas”.
 - (C) devem ser elogiadas pelos professores”.
 - (D) são importantes no processo de aprendizagem”.
 - (E) devem ser aceitas pelos professores como parcialmente corretas”.
48. Na obra *A prática educativa: como ensinar* (2002), Zabala discute a necessidade de instrumentos teóricos que façam com que a análise da prática seja realmente reflexiva e resume esses instrumentos na função social do ensino e no conhecimento do como se aprende. O autor faz referência a quatro fontes do currículo: a sociológica ou socioantropológica, a epistemológica, a didática e a psicológica e adverte que “nem todas elas se situam no mesmo plano.” As fontes psicológica e didática, explica Zabala, estão estreitamente inter-relacionadas, e, “nesta perspectiva integradora, o conhecimento, que provém da fonte psicológica, sobre os níveis de desenvolvimento, os estilos cognitivos, os ritmos de aprendizagem, as estratégias de aprendizagem, etc., é essencial para precisar as referências que se devem levar em conta ao
- (A) elaborar indicadores de avaliação padronizada”.
 - (B) classificar os alunos em fracos, médios e fortes”.
 - (C) corrigir as tarefas e produções dos alunos”.
 - (D) explicar por que o aluno fracassou”.
 - (E) tomar as decisões didáticas”.

49. Mizukami(1986) apresenta cinco abordagens do processo de ensino. Adverte que há outras mas que as que pesquisou são aquelas que, se pressupõe, possam ter influenciado mais os professores. São as abordagens: tradicional, comportamentalista, humanista, cognitivista e sócio-cultural. Na análise de cada uma delas, o roteiro adotado implica: “características gerais, análise dos dez conceitos e considerações finais”. Os dez conceitos são: Homem; Mundo; Sociedade-cultura; Conhecimento; Educação; Escola; Ensino-aprendizagem; Professor-aluno; Metodologia; Avaliação. Quanto à abordagem comportamentalista, fundamentada no pensamento de Skinner, é correto afirmar, de acordo com Mizukami, que ela
- (A) se caracteriza pelo interacionismo na análise do desenvolvimento humano.
 - (B) entende o homem como pessoa situada, única, em descoberta contínua, na relação com outros.
 - (C) considera o primado do objeto e a experiência ou a experimentação planejada como a base do conhecimento.
 - (D) compreende a importância de os processos educacionais provocarem desequilíbrios adequados ao nível do educando.
 - (E) preconiza uma relação professor-aluno em que o diálogo é desenvolvido e são oportunizadas a cooperação e a solução dos problemas.
50. O planejamento na educação escolar se dá em quatro níveis: o do sistema de ensino; o da escola; o curricular; o do ensino-aprendizagem. Como observa Vasconcellos (2002), esse último nível é o mais próximo da prática do professor e da sala de aula e diz respeito mais estritamente ao aspecto didático. Maulini e Wadfluh (In: Thurler e Maulini, 2012), observam que, em sistemas burocráticos, “a cadeia de prescrições fixa o saber a ensinar, os métodos e os manuais a utilizar, incumbe o professor de aplicá-las e a classe de acompanhar, como puder, o ritmo imposto”. Os autores situam, num polo oposto a esse, um sistema (denominado *ad hoc* ou *adhocrático*), no qual “as finalidades precedem as modalidades: os profissionais devem não só ‘cumprir o programa’, mas, sobretudo, ajustar suas intervenções para que cada aluno progrida em direção aos principais objetivos”. Há uma proximidade desse último sistema com a proposta de Vasconcellos em relação à elaboração do plano de ensino-aprendizagem, cuja finalidade, para esse autor, é
- (A) cumprir as diretrizes legais.
 - (B) criar e organizar o trabalho.
 - (C) garantir o ensino de todo o conteúdo curricular de cada ano.
 - (D) traçar um roteiro a ser seguido, facilitando o dia a dia do professor.
 - (E) garantir a sequência dos conteúdos disciplinares, conforme plano curricular.
51. Segundo Perrenoud (1999), para caminhar em direção à avaliação formativa,
- (A) basta renunciar à seleção como mecanismo permanente da relação pedagógica.
 - (B) é preciso estabelecer relações de ensino que forme os alunos para o contexto competitivo atual.
 - (C) é necessário um contrato para a relação pedagógica em que a autoridade de quem ensina seja inquestionável.
 - (D) é preciso firmar um contrato pedagógico com base numa relação cooperativa que possibilite o essencial: ensinar e aprender.
 - (E) é suficiente estabelecer relação permanente entre os alunos com o objetivo da seleção dos melhores e a reprovação dos que têm dificuldades.
52. Arlete, diretora de escola pública no município de São Roque, reúne-se semanalmente com sua equipe de gestão/coordenação para acompanhamento do que foi planejado e também para estudo de diretrizes legais e textos de fundamentação para o trabalho educativo. No momento, estão estudando o tema “avaliação e acompanhamento do rendimento escolar”, lendo e debatendo a obra de Jussara Hoffmann (2001) e a Resolução CNE/CEB nº 7/2010. No texto de Hoffmann, Arlete e sua equipe observaram que “a avaliação mediadora exige a organização de experiências educativas diferenciadas”, o que, para a autora, “significa planejar tais atividades de acordo com as necessidades e interesses de cada aluno de uma classe, a partir de observação permanente”, dinamizando o grupo e desenvolvendo o trabalho coletivo. No art. 32, da citada Resolução e em seu Inciso I, a equipe constatou um entendimento coerente com o de Hoffmann, pois ali se afirma que a avaliação dos alunos a ser realizada pelos professores e pela escola, como parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, deve assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica, constando, ainda, que, assim conduzida, a avaliação
- (A) é redimensionadora da ação pedagógica.
 - (B) garante o sucesso dos alunos nas avaliações externas.
 - (C) prepara os estudantes para processos seletivos do mundo do trabalho.
 - (D) constitui instrumento rigoroso para uma classificação dos alunos ampla e justa.
 - (E) permite ao professor atribuir notas a todas as tarefas realizadas e considerá-las no cálculo das médias.

- 53.** Em um artigo que faz parte da coletânea organizada por Veiga e Resende (2008), Maria Eveline Pinheiro analisa a necessidade de desenvolver novas formas de organização escolar, apontada por variadas tendências orientadoras do processo educacional. A autora examina contribuições de muitos pesquisadores que abordam a organização do trabalho educativo escolar e, em relação ao trabalho coletivo, pondera que ele deve
- (A) ser implantado pelo diretor valendo-se de sua posição hierárquica, como práticas coletivas na escola.
 - (B) ser utilizado para padronizar práticas pedagógicas, na busca de qualidade para todos.
 - (C) substituir todas as formas de trabalho individual dos educadores, as quais geram competições indevidas entre eles.
 - (D) seguir modelos já testados em escolas bem sucedidas, evitando-se tentativas equivocadas que frustram e desanimam os professores.
 - (E) ser concebido em uma visão de totalidade, a qual envolve interrelação do pensar com o fazer e a consciência dos próprios limites desse trabalho.
- 54.** Para Moran (in Moran, Masseto e Behrens, 2000), o papel fundamental do professor em relação às tecnologias de informação e da comunicação na educação é o de um orientador/mediador. Ele “é um pesquisador em serviço. Aprende com a prática e a pesquisa e ensina a partir do que aprende. Realiza-se aprendendo-pesquisando-ensinando-aprendendo”. Moran entende que “o professor, com o acesso a tecnologia telemática, ao integrar, de forma equilibrada, a orientação intelectual, a emocional e a gerencial, pode se tornar um orientador/gestor setorial
- (A) do laboratório de informática.
 - (B) do processo de aprendizagem.
 - (C) das propostas de inovação didática.
 - (D) dos projetos de tecnologia da escola.
 - (E) da seleção de talentos entre os alunos.
- 55.** Clima e Cultura organizacional fazem parte de um mesmo fenômeno complexo e abrangente e, apesar de vinculados à mesma base factual e conceitual, há diferenças a estabelecer entre esses conceitos, pois o clima é de natureza mais transitória e superficial, enquanto a cultura é mais profunda e duradoura, embora não permanente. No âmbito da escola, clima e cultura organizacional são de grande importância na determinação da qualidade dos processos educacionais. Para Luck (2010), conhecê-los constitui uma condição para identificar os aspectos necessários para sua melhoria e identificar caminhos para
- (A) o reforço o poder de comando do diretor.
 - (B) o sucesso nas avaliações externas.
 - (C) a aprovação de todos os alunos.
 - (D) o exercício da gestão escolar.
 - (E) uma convivência amistosa.
- 56.** De acordo com Luck (2010), a liderança tem sido identificada nas pesquisas como um fator crucial para o desenvolvimento da qualidade da escola e melhoria da aprendizagem dos alunos. Para a autora, a liderança corresponde a um conjunto de ações, atitudes e comportamentos assumidos por uma pessoa, com a finalidade de influenciar o desempenho de alguém, visando a realização de objetivos organizacionais. A autora ressalta, ainda, que a liderança corresponde a
- (A) um dom inato que poucos têm.
 - (B) um processo de gestão de pessoas.
 - (C) uma competência complexa de difícil aprendizado.
 - (D) uma capacidade adquirida com muito treino e autoconfiança.
 - (E) uma forma de poder que arrasta outros para o bem ou para o mal.

57. A Lei Federal nº 9.394/96 (LDBEN), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 04/2010) e também o Plano Municipal de Educação de São Roque incluem a gestão democrática do ensino público entre seus princípios. Em seu art. 14, a LDBEN define a participação como princípio dessa gestão democrática. Libâneo, Oliveira e Toschi (2010), analisando a organização escolar democrática, afirmam que ela “implica, não só a participação na gestão, mas
- (A) a exigência de uma convivência respeitosa entre pares”.
 - (B) a não ingerência nas atribuições alheias”.
 - (C) a arte de driblar opiniões descabidas”.
 - (D) o rigor na cobrança de resultados”.
 - (E) a gestão da participação”.
58. Em conformidade com a legislação educacional, Paro (2012) destaca a relevância da participação de pais, alunos, professores, diretores, comunidade e dos Conselhos Escolares, na tomada de decisões com vistas a uma mudança qualitativa do ensino público, devendo, para isso, haver partilha do poder. A esse respeito, conforme estudos de Vergara (2009), nas organizações, “o poder se move conforme as forças do mercado e as pessoais,” e também “se move conforme os interesses em jogo”. Para a referida autora, no mundo atual, há uma nova forma de ver e lidar com o poder que está a exigir o compartilhamento assumido e construtivo do poder. Para Vergara, compartilhar pode significar
- (A) ouvir sugestões antes de tomar decisões
 - (B) cobrar posicionamentos de todos.
 - (C) abrir-se ao diálogo.
 - (D) eximir-se de tomar decisões.
 - (E) delegar suas responsabilidades.
59. Em sua obra *Ofício de mestre: imagens e autoimagens* (2001), Arroyo reflete sobre o trabalho dos professores na atualidade e, ainda, as dificuldades e os desafios que eles encontram em seu cotidiano. O autor evidencia a realização de congressos, seminários e encontros organizados em sua maioria por professores(as) que administram propostas educativas inovadoras nas redes municipais e estaduais. Arroyo faz uma analogia com trecho de Ítalo Calvino em “As cidades e as trocas”, escrevendo: “os mestres no seu cotidiano cultivam plantam, cuidam, fazem a colheita. Na organização seriada, gradeada, nos restritos espaços da turma, da disciplina de cada quintal não há como trocar essas colheitas. Os mestres sentem necessidade de feiras, de espaços de trocas”. O autor pergunta: o que mais os mestres levam para trocar nos encontros, além de suas colheitas? E, completando a analogia, reflete: “Cada um conta sua história. E na longa viagem de retorno para suas casas e suas escolas cada história e cada prática troca da _____”. Troca-se memória coletiva, autoimagens construídas”.
- Assinale a alternativa que preenche a lacuna, de acordo com o pensamento de Arroyo.
- (A) ficará guardada na lembrança para sempre
 - (B) se converterá em outra história e outra prática
 - (C) será divulgada a todos os que não foram às ‘feiras’
 - (D) se converterá em modelo de vida e modelo didático
 - (E) se tornará mera lembrança de um encontro prazeroso
60. A Resolução CNE/CEB nº 4/2010, no inciso IX de seu art. 13, propõe “a adoção de rede de aprendizagem, também, como ferramenta didático-pedagógica relevante nos programas de formação inicial e continuada de profissionais da educação”, advertindo que “esta opção requer planejamento sistemático integrado estabelecido entre sistemas educativos ou conjunto de unidades escolares”. Em conformidade com essas diretrizes legais, Imbernón (2010) ressalta que a formação continuada deve agir sobre as situações que são problemáticas para os professores. O autor afirma que “para ativar a análise dessas situações problemáticas, deve-se conectar conhecimentos prévios a novas informações em um processo cíclico de inovação-formação-prática. É preciso partir do fazer dos professores para
- (A) melhorar a teoria e a prática”.
 - (B) treiná-los em inovações didáticas”.
 - (C) substituí-lo por um fazer superior”.
 - (D) poder responsabilizá-los pelas mudanças”.
 - (E) melhor evidenciar os equívocos que cometem”.

